

ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – PERCEPÇÕES DOS DOCENTES DA REDE MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE – MS

MACHADO, LEILA C..¹

RESUMO

As políticas públicas atribuídas à escola, de alguma forma, sempre impactam no cotidiano das instituições. Com a implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC como sendo um documento norteador do governo Federal é possível observar mudanças significativas na comunidade escolar. Contudo, é necessário que sejam analisadas as percepções dos sujeitos impactados com essas inovações. Sendo assim, este artigo apresenta as percepções dos docentes da disciplina de educação física da Rede Municipal de Ensino do Município de Campo Grande – MS quanto as diretrizes contidas na BNCC como resultado de uma pesquisa apresentada para dissertação em 2022. Para melhor compreensão do proposto, retrata-se como os professores de Educação Física têm participado e se envolvido no processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC no município de Campo Grande – MS, juntamente com a prática dos multiletramentos. Partindo deste pressuposto, pretendeu-se contribuir para uma reflexão acerca do componente curricular da Educação Física e observar os bastidores do processo: se o professor esteve envolvido na construção e concorda com essas mudanças, se esses professores mudaram a forma de dar aula, ou ainda se eles já ministravam suas aulas com base na linguagem. Diante do cenário investigado foi possível concluir que, não é possível obter respostas prontas, definições precisas sobre o tema, mas nos foi permitido apreciar como os processos têm sido tratados e compreendidos pelos professores de Educação Física nas séries iniciais, ou seja, do Ensino Fundamental I da rede

1 A autora é Mestre em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS – Campo Grande, MS: UEMS, 2022. *E-mail: leila.machado@uems.br*

municipal de Educação de Campo Grande/MS-REME. Por fim, apontasse como sugestão que mais pesquisadores possam, além de buscar a voz de professores e professoras de Educação Física Escolar, trazer também a voz dos alunos, em relação às práticas pedagógicas da Educação Física enquanto componente curricular da Área de Linguagens, buscando potencializar a cultura corporal de movimento na formação escolar, humana e cidadã.

Palavras-chave: Ensino. Educação Física. BNCC. Docentes. Multiletramentos.

INTRODUÇÃO

A Educação básica possui objetivos específicos e suas finalidades precisam estar claras para todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Haja vista que, o artigo Art. 22 da LDB 9394 / 96 ressalta que, “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996)”. Sendo assim, cabe discutir o desenvolvimento da Educação diante da construção de novos saberes quanto à Educação Física. As últimas décadas foram marcadas por mudanças e novas estruturas na Educação Básica do Brasil, em especial da Educação Física Escolar que culminaram na ampliação, bem como, nas implementações inovadoras de políticas educacionais nos níveis: nacional, estadual e municipal.

Nessa dinâmica, na inovação escolar, o planejamento das atividades não deve ser negligenciado, uma vez que o processo de ensino exige organização sistemática, sem sacrificar os princípios de liberdade, atendimento às necessidades individuais e coletivas, oportunidades para todos e formação para cidadania. Os desdobramentos na Rede Municipal de Ensino e como o professor da Educação Física escolar trabalha no ensino Fundamental I tendo o corpo como parte da análise são pontos que precisam ser analisados para se constatar a efetividade das políticas educacionais propostas.

A política também passa pelo corpo, ou seja, pelos conteúdos e linguagens inerentes à cultura corporal, que podem ser traduzidas como “políticas do corpo” que, no sentido mais amplo, é possível serem consideradas como uma forma de alfabetização e “letramento corporal”, sobretudo, nas séries iniciais do Ensino Fundamental I e, conseqüentemente, no componente curricular da Educação Física. Assim, o professor tendo suas aulas pensadas como linguagem e sua relação com o letramento corporal, ou seja, compreender as possíveis mudanças que já ocorreram no currículo em Educação Física a partir da implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Compreender as concepções e entendimentos nos quais o documento avança ou não, uma vez que sua adoção é obrigatória para as escolas públicas a fim de nortear a reconstrução de currículos e planejamentos escolares é imprescindível. Portanto, corresponde a um dos

elementos chave na experiência no ambiente educacional. Partindo desse entendimento, foi investigado o seu sentido, levando em conta a reorganização do currículo. Cabe demandar como essa vem sendo incluída no sistema municipal de ensino Campo-grandense.

No processo de geração de dados, utilizou-se estratégias secundárias acerca dos documentos oficiais, pesquisa bibliográfica, bem como, um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas pelo *"google forms"* realizado com 112 professores de Educação Física no ensino fundamental I, 03 técnicos da Secretaria municipal de Educação ligados à área proposta. A discussão foi pautada em estudos da área da linguagem e formação continuada com ênfase nas averiguações sobre multiletramentos e a Educação Física Escolar. Assim, conhecendo melhor sobre o multiletramento escolar e suas interfaces na Educação Física Escolar aflorou a ideia de investigar o impacto (eficácia) das legislações vigentes e as políticas linguísticas usadas na REME Campo Grande/MS, usando-as como ferramenta para o ensino e aprendizado da Educação Física escolar.

O percurso metodológico da pesquisa é de cunho exploratório, de abordagem qualitativa e quantitativa adotando como procedimento técnico pesquisa documental e levantamento operacionalizado por meio de análise de questionário. Deste modo, através da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento qualitativo complementado por "estudo estatístico comparado" (FONSECA, 1986).

Cabe acrescentar a proposta, a busca por mecanismos, intermediada pela investigação de como estão sendo disseminadas essas políticas pelos técnicos, inclusive de como são assimilados pelos professores, além das suas reações: aceitação, motivação, integração, sociabilização. Inclusive, de que forma é feita a gestão dos recursos pedagógicos para o desenvolvimento de estratégias no ensino com o sucesso no aprendizado. Bem como, refletir sobre a construção de novas metodologias de ensino, fundamentalmente, voltada às especificidades desse público, contexto de inserção e suas necessidades a curto, médio e longo prazo. Vale ressaltar ainda que, a atuação da pesquisadora 17 nos anos iniciais da REME, serviu como uma forma de ferramenta de estudo, haja vista que, despertou a percepção quanto a relação entre a Educação Física com multiletramento, não só limitado em vivenciá-la no aspecto psicomotor, lateralidade, boa coordenação motora ou resumir-se às atividades lúdicas.

Para melhor compreensão, no primeiro momento apresenta-se uma breve discussão acerca da BNCC. No segundo momento, contextualiza-se o desenvolvimento das políticas educacionais implantadas na rede municipal de Educação de Campo Grande/MS-REME. Por conseguinte, o apresenta-se um aparato conceitual acerca da Educação Física, Linguagem e a Escola. Por fim, discorre-se sobre o modo como as políticas públicas de formação continuada dada pelos técnicos da Secretaria Municipal de Educação – SEMED da área da Educação Física, na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande/MS influenciaram e/ou influenciam as políticas de formação continuada dos professores do Ensino Fundamental I da REME e seus avanços, limites e possibilidades ante a nova proposta da Base Nacional Comum Curricular – BNCC sobre linguagem.

2. BNCC – BASE NACIONAL COMUM CURRÍCULAR

A nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), chegou na sua finalização com a 3ª versão do documento, com metas, estratégias, objetivos, conteúdo a serem contemplados e desenvolvidos de forma unificada para toda a Educação Básica do Brasil. Conforme descrito no próprio documento, “a Base Nacional Comum Curricular – BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017 p. 7). Sua elaboração foi realizada por meio do regime de colaboração entre Distrito Federal, Estados e Municípios, sendo uma construção colaborativa e democrática. Dentre essas (re)estruturações) estruturas, a versão final, impactou diretamente a Educação Física Escolar, colocando-a como parte integrante na área da linguagem. Produzindo assim, muitas expectativas para os profissionais envolvidos e abrindo portas para a inovação.

Desse modo, sugeriu-se que fossem alterados os condicionantes do tempo, dos espaços contemporâneos. Contribuindo para que melhorassem a interação, a compreensão entre os envolvidos, seus conhecimentos e recursos, ampliando e decompondo a possibilidade humana. Concomitantemente a essas mudanças, a Educação Física escolar em tal processo, não só fisicamente, mas conjuntamente com outras áreas do saber, foi estimulada a refletir os novos letramentos

visando o desenvolvimento e melhoria da educação, uma vez que, o ambiente escolar passou a ser pensado desde a primeira infância como base para a formação de um indivíduo completo. Preocupação que emerge para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e sociocultural, visando a formação de cidadãos críticos, participativos, comprometidos com princípios pautados por uma sociedade democrática e justa.

A BNCC dispõe que existem três princípios essenciais gerais às práticas corporais que são: organização interna (de maior ou menor grau), pautada por uma lógica específica; produto cultural vinculado com o lazer/entretenimento e/ou o cuidado com o corpo e a saúde. Com o entendimento que explana a BNCC, as práticas corporais são aquelas feitas fora das tarefas de trabalho, do lar, higiênicas e religiosas, nas quais as pessoas se comprometem em função de metas particulares, sem determinação material.

As propostas dos cientistas relacionadas ao campo empírico têm inspirado os principais campos de estudo e documentos nacionais que norteiam o ensino da Educação Física na escola, sendo o mais recente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento normativo que definirá um conjunto orgânico e progressivo de ensinamentos básicos que todos os alunos devem aprender em todos os estágios e modalidades da educação básica (BNCC, 2017). Embora a implementação da BNCC vise o nivelamento do currículo, é necessário considerar a realidade de cada instituição, e o conhecimento prévio da comunidade escolar. A base pede um novo professor em sala de aula.

O documento propõe uma transformação na atuação do educador: o professor não é o único dono do saber e entra o mediador, o tutor, que mostra caminhos, orienta e auxilia, mas deixa o aluno trilhar a sua via na construção do conhecimento. Essa mudança pedirá a adoção de novas ferramentas pedagógicas. Nem todos os docentes do país, porém, sentem-se ou estão preparados para o desafio. Os momentos de formação continuada individuais na escola são o espaço ideal para trabalhar dificuldades específicas e buscar recursos para ampliar o quadro de referências e as estratégias de ensino. É necessário que as escolas elaborem o conteúdo de forma democrática e colaborativa, dando voz aos professores e revendo como a BNCC pode ser implementada em cada disciplina. A BNCC salienta que, é imprescindível planejar e rever o currículo e prática segundo a cultura

e experiência local de cada escola, também definiu 10 competências que se inter-relacionam e perpassam todos os componentes curriculares ao longo da educação básica, sobrepondo-se e interligando-se na construção de conhecimentos habilidades na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.

As práticas pedagógicas estão em processo de transição desde que a Educação Física Escolar passou a compor o currículo de modo efetivo, principalmente no que tange às diretrizes da BNCC, salientando habilidade e competências a serem desenvolvidas visando a formação integral do aluno, também nas aulas de Educação Física. O diálogo entre o conceitual e o prático partindo do pressuposto de que, as instituições de ensino estão construindo o Projeto Político Pedagógico apresentando a realidade do aluno sem entrelinhas é um diferencial para que, as adequações vinculadas a BNCC possam atingir os objetivos propostos, haja vista que, a união da comunidade escolar é um fator relevante nas novas tratativas.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96 delegando à escola pública a responsabilidade de elaborar e executar seu Projeto Político-Pedagógico - PPP garante as unidades escolares as comunidades escolares, considerar suas deficiências, retratar a sua realidade, por conseguinte, ajustar suas diretrizes durante a prática pedagógica para que o ensino, de modo geral, seja significativo. A BNCC nos traz que, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os elementos curriculares tematizam muitas habilidades, considerando especificamente aquelas relacionadas às culturas infantis tradicionais e modernas.

Nesse complexo de práticas, nos dois primeiros anos desse segmento, o sistema de alfabetização deve ser a base da ação pedagógica. O que se sabe é que a prática pedagógica no ensino fundamental requer do professor um olhar diferenciado em relação aos seus alunos, pois estes ainda são crianças de alguma forma, em processo de transição, requer espaço para a brincadeira e a ludicidade, mas também, novas atividades que prenda a atenção destes jovens. Para que os profissionais tivessem mais proximidade com documentos normativos como a BNCC, as discussões deveriam ocorrer desde o inicial da formação inicial dos professores, de modo que, analisassem a problemática visando ampliar o conhecimento teórico, de modo que pudessem inferir nas tratativas da formulação e reformulação do documento,

partindo do pressuposto de que este, devesse considerar a realidade da comunidade escolar. Estudos mais recentes mostram que esse problema é vivenciado desde a formação ainda é percebida no decorrer da vida profissional. (ROSSI; HUNGER, 2012; FLORES et al., 2010; KRUG et al., 2017; KRUG; KRUG; ILHA, 2013).

3. REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE/MS-REME.

A capital do Estado de Mato Grosso do Sul/MS, Campo Grande está localizada na região Centro-Oeste do Brasil, possui uma população estimada em 900 mil habitantes, com área de extensão de 8.082,9783 quilômetros quadrados. São sete regiões urbanas que dividem a capital e são elas: Anhanduizinho, Bandeira, Centro, Imbirussu, Lagoa, Prosa e Segredo, além dos distritos de Anhanduí e Rochedinho. e sua densidade demográfica de 97,22 habitantes/km² (IBGE, 2010). Segundo dados da Prefeitura Municipal de Campo Grande, a REME conta com 198 estabelecimentos de ensino municipais urbanos e rurais, dos quais 104 escolas de ensino fundamental, 94 (noventa e quatro) unidades escolares, sendo 2 (duas) de período integral e 9 (nove) escolas do Campo do Ensino Fundamental de 1º a 9º ano. Já na educação infantil são 95 escolas, totalizando aproximadamente 101.000 (cento e um mil alunos). (SEMED, 2020).

O atendimento ao ensino fundamental no primeiro ano é segundo o IBGE cerca de 8.994 matrículas⁵, de modo geral a Rede manteve seu índice ficando em 5º lugar entre as capitais, destacando 5º lugar em Língua Portuguesa e 4º lugar em Matemática, nos anos finais do Ensino Fundamental. O currículo do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS, é fundamentado no Plano Municipal de Educação 2015-2025 (ainda não publicado). Diante deste cenário observasse um retrocesso, tendo em vista que não temos um documento municipal em consonância com os documentos oficiais para legitimar a educação na nossa Capital.

Visando acompanhar as tratativas quanto as inovações curriculares no ensino, Campo Grande/MS instituiu o referencial curricular da REME/CG, publicado em 2020. Documento esse que, oportuniza a possibilidade de desenvolver a intencionalidade educativa em uma relação dialógica entre os campos escolares municipais. Cabe ressaltar

que esse documento é de caráter não obrigatório com as orientações sobre a organização do trabalho da educação Campo-grandense. E tendo como eixo principal, o auxílio às instituições educacionais municipais de Campo Grande a elaborar seus Projetos Políticos Pedagógicos - PPP, a fim de atender às orientações das bases legais. Dessa forma, sugerem que as unidades escolares organizem seu PPP, conforme aponta a BNCC (2017).

Especificamente quanto à Educação Física, o Referencial Curricular da REME entende que o principal promotor da formação continuada e dos conhecimentos do professor seria a equipe técnica da Rede, mas não há documentos oficiais que ratificam essa ação. Em vista disso, os dados empíricos mencionados e as indagações específicas a respeito da qualidade da alfabetização mostram que o trabalho do professor não se limita a momentos de formação por meio de cursos, palestras e oficinas pedagógicas, mas em outros momentos ele continua na 71 escola com teoria e aplicabilidade, na prática pedagógica, por meio da equipe técnico pedagógica, proporcionando sessões de estudo nas próprias unidades escolares.

Neste contexto, considera-se as diretrizes do Projeto Político Pedagógico – PPP - que devem contemplar a comunidade escolar de modo geral, e estabelecer diretrizes para que haja um ensino efetivo, pertinente às necessidades deste grupo. A educação, na Rede Municipal de Ensino/REME de Campo Grande/MS ainda caminha muito lentamente na Educação Física escolar, sugerindo a dúvida: de que forma os professores de Educação Física reagiram a tantas inovações? Todavia, novos saberes sempre estão vinculados a inúmeras possibilidades, conseqüentemente, desafios. Desta maneira, salientar o conhecimento prévio dos profissionais da área, tanto os educadores quanto os técnicos, numa tentativa de sanar algumas dificuldades existentes com a multidisciplinaridade e o trabalho em conjunto para os novos letramentos no Ensino Fundamental I da REME de Campo Grande/MS.

As tratativas do Referencial Curricular da REME Campo Grande/MS são pertinentes e até apontadas como sendo um material bem elaborado que poderia servir de modelo para outros municípios, conforme mencionado nas discussões. Contudo, os professores da área de Educação Física investigados, mencionaram que, embora a REME esteja desenvolvendo ações quanto a formação continuada, normalmente,

com um material teórico aprofundado, que em alguns momentos torna-se até cansativo, de acordo com os educadores, a maioria aponta não estar participando de atividades que envolvem a implementação, que contemplem o PPP que, em algumas unidades também não é de conhecimento dos profissionais, ou seja, estes não tiveram oportunidade de conhecer, colaborar, discutir as proposições deste documento que na teoria deve contemplar a comunidade escolar como um todo, sendo a participação dos professores na sua elaboração um fator preponderante.

Há uma forma social de apropriação da linguagem que reflete o modo como as palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva para outra e, nesse processo, são interpeladas pela ideologia. Essa mudança de sentido dos discursos dos professores (pesquisados) foi percebida quando eles responderam aos questionários da pesquisa, uma vez que estes se alteraram. Não se trata só das intenções dos seus dizeres, mas é visível que seus discursos são resultados de uma articulação entre intenção e convenções sociais, inclusive na situação de pesquisados, o que justifica o fato de que algumas dos professores (pesquisados), ao responderem o questionário, deram respostas evasivas ou deixaram de tecer esclarecimentos sobre determinadas questões.

Talvez por esquecimento, por medo ou ressalva, ou ainda, por timidez de falar (escrever) sobre algo que talvez desconheça, há a presença do silêncio nas respostas desses professores. É possível que esse silêncio e/ou suas respostas descontextualizadas a respeito das compreensões sobre alfabetização e letramento inseridas as práticas da Educação Física podem ser reflexos dos currículos da formação inicial, uma vez que passamos por quatro anos de curso e o assunto alfabetização é praticamente inexistente. Ainda que a REME promova uma formação continuada com base teórica que, muitas vezes, foi apontada como exaustiva, os profissionais possuem pouco conhecimento acerca de conteúdos específicos associados à disciplina.

Vale mencionar também, neste recorte, que o componente curricular Educação Física, além de ampliar o autoconhecimento e o autocuidado com o corpo e com a saúde, por intermédio da exploração do movimento e da gestualidade em práticas corporais, exerce um papel importante no desenvolvimento da socialização, da curiosidade intelectual, da pesquisa e da capacidade de argumentação.

Expandindo a compreensão dos estudantes sobre as dinâmicas sociais associadas às corporeidades, o componente curricular Educação Física também contribui para que se estabeleçam articulações frutíferas com as demais áreas do conhecimento (BRASIL, 2017). Posto isto, é preciso buscar uma contextualização da educação física, da linguagem e da escola.

4. CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO FÍSICA, LINGUAGEM E A ESCOLA

As considerações preliminares quanto a abordagem desta temática carregava as possibilidades de entrelaçamento entre a Educação Física Escolar, os novos letramentos e as inovações contidas no documento norteador da nova BNCC, que são imensos. No primeiro momento, foi possível observar que houve mudanças significativas desde os primeiros anos que a Educação Física adentrou na Escola, em especial na Rede Municipal de Educação, objeto da discussão. Sendo assim, ressalta-se que, todos os focos de saberes são formados por feixes de complexidade, de níveis concretos e abstratos.

Trata-se de áreas transdisciplinares, onde o multiletramento aflora sem resistência, por excelência com a coincidência de vetores explicativos, trilhas teóricas e movimentos das práticas da linguagem corporal. Como processos, se constituem a partir de deslocamentos, da ousadia de movimentar-se em direção ao outro. Nesse trabalho, foram levantadas as possíveis discussões sobre as perspectivas inovadoras da Educação Física integrada à área da linguagem, tendo um grande desafio de participar da implementação de um documento tão importante que é a BNCC.

A Educação Física é o elemento curricular que tematiza as práticas corporais em seus moldes de codificação e significado social, entendidas por afirmações das capacidades expressivas das pessoas, concebidas por muitos círculos sociais no advir da história. Nessa compreensão, o movimento humano está constantemente enquadrado no campo da cultura e não se define a um afastamento espaço-temporal de uma parcela corporal ou de um corpo todo.

Para desenvolver uma breve contextualização sobre a educação física, a linguagem e a escola, partimos da história da Educação Física no Brasil, posto que, desde os primórdios da colonização já se desenvolvia

atividade física; as inovações pedagógicas durante o desenvolvimento da educação Física enquanto disciplina, bem como, o Plano Nacional da Educação - PNE e suas relevâncias, assim como, os documentos oficiais da Educação Física Escolar.

A Educação como área do saber, deve levar os alunos a conhecer conteúdos, mas não como verdade absoluta. Freire dizia que ninguém ensina nada a ninguém, mas as pessoas também não aprendem sozinhas. “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si mediados pelo mundo” (FREIRE, 2018, p. 95), escreveu. Isso implica como prática dialógica. Afirma que, a relação entre linguagem, pensamento e mundo é dialética (diálogo), processual e contraditória. Sendo assim, a escola tem participação fundamental na formação da criança, trabalhando em diversas áreas de conhecimento.

Enquanto modalidade esportiva a Educação Física pode ser considerada desde 1500 com a chegada dos portugueses, sendo observado que, os índios já desenvolviam atividades físicas naturais como a caça, a pesca, assim como os jogos, corridas e danças culturais que analisadas no contexto atual, eram formas de exercícios. A forma como era transmitida a história e a cultura tendo a dança como base fazia com que os indivíduos assimilassem de modo gradativo um processo de ensino aprendizagem, ainda que primitivo, que lhes conduziam ao contexto social dos grupos, para tanto a base era a religião.

As danças representavam um papel fundamental no processo da Educação, na medida em que se faziam presentes em todos os ritos que preparavam os jovens para a vida social. Este fato evidenciava-se nas danças rituais a partir do culto, pois a religião era a única preocupação sistemática na educação primitiva (OLIVEIRA, 2004, p.7).

Todavia, cabe observar que, as “manifestações culturais que compõem o corpo de conhecimento próprio da Educação Física, seja a Educação Física ensinada nas escolas de Educação Básica seja aquela ensinada em outros ambientes que não o escolar (MONTEIRO, 2011 p.8)”. Neste sentido, no período colonial com a vinda dos negros escravizados, as lutas de capoeira descritas como sendo uma atividade ríspida, criativa e rítmica também configuravam uma forma de exercício. Todavia, apenas no período do império a Educação Física ganhou visibilidade tendo a ginástica como uma forma de manter a saúde,

sendo praticada também pelos brancos a partir de 1808 com a vinda da Corte Portuguesa.

Neste período, a Educação Física passa por um processo de desenvolvimento cultural em que os membros da corte consideravam que a ginástica é uma atividade que faz bem ao corpo e a mente. Em 1823, Joaquim Antônio Serpa, elaborou o “Tratado de Educação Física e Moral dos Meninos” que, englobava a saúde do corpo e a cultura do espírito, dividindo os exercícios em duas fases, os que exercitavam o corpo; e os que exercitavam a memória, para tanto, entendia a educação moral como coadjuvante da Educação Física ((RAMOS, 1982; GUTIERREZ, 1972). Corroborar Soares (2012):

o início do desenvolvimento cultural da Educação Física no Brasil, apesar de não ter ocorrido de forma contundente, ocorreu no período do Brasil império, pois foi nessa época que surgiram os primeiros tratados sobre a Educação Física. Em 1823, Joaquim Antônio Serpa, elaborou o “Tratado de Educação Física e Moral dos Meninos”. Esse tratado postulava que a educação englobava a saúde do corpo e a cultura do espírito, e considerava que os exercícios físicos deveriam ser divididos em duas categorias: os que exercitavam o corpo; os que exercitavam a memória, além disso, esse tratado entendia a educação moral como coadjuvante da Educação Física (SOARES 2012, p. 2).

Embora a Educação Física já se manifestasse nas atividades culturais do Brasil colônia, a efetivação enquanto atividade física só se consolidou por conta dos discursos de vida saudável, de corpo são e mente sã explanados no período em que a saúde do corpo era analisada separada da saúde mental, e não como um complemento, ou resultado efetivo das atividades físicas como um todo. Dessa forma, Ramos (1982) enfatiza que a ginástica caracteriza o início da Educação Física Escolar no Brasil com a Reforma Couto Ferraz, em 1851. O ano de 1851 ficou marcado para a história da Educação Física Brasileira em função da publicação da Lei 630/185112, compreendida como uma das primeiras tentativas de regulamentação legal da prática de atividade física, chamada neste momento histórico de Ginástica, nas escolas do Império.

É reconhecida como sendo a primeira sistematização oficial das instituições escolares primária e secundária no império brasileiro. Foi

coordenada pelo ministro do Império do Gabinete da Conciliação, Luís Pedreira do Couto Ferraz. Consolidada apenas em 1882, quando Rui Barbosa ao lançar o parecer sobre a “Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior”, denota importância à Ginástica na formação do brasileiro, possíveis ações vinculadas a tal prática em contextos diversificados, a exemplo de universidades, escolas, academias, clubes, projetos sociais, dentre outros espaços, favorece seu desenvolvimento até os dias de hoje.

Resgatando mais uma parte da história, em 1988 houve o processo de mudança mais importante pelo qual passou a sociedade brasileira – de um Estado totalitário à democracia, o Estado de direito mostrado na consolidação da nova Constituição brasileira, entretanto acabou sendo uma transição lenta e gradual, devido ao processo e ao ritmo do Congresso Brasileiro em estabelecer o que eram questões prioritárias. Foi apenas em 1996 que surgiu a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996).

Diversos estudos, mencionados nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física (BRASIL, 1997), Castellani Filho (2001), Neira (2018), apontam as principais influências que marcaram e caracterizaram esta área e os novos rumos que estão se delineando, as transformações da Educação Física dentro e fora do âmbito pedagógico. Baseando-se nessa compreensão de que, o ser humano é como sócio-histórico que desenvolve sua interação com o mundo e cria cultura, o conceito de Educação Física é trazido como uma prática pautada nas necessidades sociais, exigências específicas do fenômeno educacional e partem do todo humano.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, em seu artigo 26 parágrafo 3º, define, “a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Escola Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos” (BRASIL, 1996). O trabalho da equipe de autores entende a Educação Física como um movimento histórico que busca compreender a construção do corpo humano, a criação de outras atividades, outras ferramentas e a transformação da natureza, construindo cultura.

No decorrer da evolução da Educação Física nas instituições de ensino, por muito tempo a mesma não foi vista como sendo uma disciplina, no primeiro momento, era considerada uma válvula de escape

para que, os educandos ganhassem um fôlego entre uma aula e outra. Diante deste contexto muitos questionamentos surgiram. Com a instauração da Lei de Diretrizes e Bases quando se passou a considerar a Educação Física como componente curricular observou-se novas perspectivas para o aprimoramento das atividades vinculadas à disciplina e as tratativas quanto ao desenvolvimento motor, ponto de partida do estudo do movimento. Enquanto disciplina, ganhou objetivos consistentes como objeto de estudo preestabelecido.

O desenvolvimento motor é inerente ao ser humano, pois o mesmo ocorre por etapas e em diferentes estágios, mas cada fase com características específicas que podem mudar a vida de cada indivíduo. “É a partir da especificidade da Educação Física que teremos condições de identificar os dados da realidade relacionados à cultura corporal (COLETIVO DE AUTORES, 1992)”. Cabe considerar um processo em constante desenvolvimento. Em um esforço para aproximar a ciência da Educação Física e enfatizar-lhe a importância no currículo escolar, posto que, uma abordagem de desenvolvimento está emergindo, a qual enfoca os processos de desenvolvimento humano, crescimento e aprendizagem motora, com vistas a adquirir habilidades motoras básicas, por meio do movimento humano.

A história da Educação Física Escolar no Brasil foi dividida em períodos de acordo com suas tendências pedagógicas, posto que, a Educação Física tende a sofrer alterações de acordo com as mudanças que, ocorrem com o homem e com a sociedade. Para que haja uma boa prática é fundamental o conhecimento da teoria, independentemente do local em que este conteúdo seja aplicado. À medida que a sociedade é transformada pelos homens, transforma-se a forma da Educação Física, sendo legitimada pelas necessidades de manutenção das relações sociais capitalistas e não pela necessidade de seu conteúdo específico.

Contudo, no contexto da Educação Física Escolar é imprescindível que as atividades sejam prazerosas, a maneira como as atividades são contextualizadas nas aulas e, conseqüentemente, na vida da criança é um diferencial, deste modo, sendo instigada a aprender por situações de necessidade, sem prazer ou até mesmo como obrigação, certamente o gosto pela Educação Física não será desenvolvido.

O componente curricular Educação Física, além de ampliar o autoconhecimento e o autocuidado com o corpo e com a saúde, por

intermédio da exploração do movimento e da gestualidade em práticas corporais, exerce um papel importante no desenvolvimento da socialização, da curiosidade intelectual, da pesquisa e da capacidade de argumentação. Expandindo a compreensão dos estudantes sobre as dinâmicas sociais associadas às corporeidades, o componente curricular Educação Física também contribui para que se estabeleçam articulações frutíferas com as demais áreas do conhecimento (BRASIL, 2017).

Deste modo, a Educação Física Escolar é contemplada com as inovações pedagógicas, partindo do pressuposto que o processo de ensino e aprendizagem simultâneo se dá de forma mais descentralizada a cada dia. Somando-se a isso, o fato de possuir um conhecimento relevante socialmente e que é dever da escola fazer com que as novas gerações se apropriem das temáticas relacionadas com as manifestações da cultura corporal de movimento. Nesse sentido, o professor de Educação Física é também muito importante no processo educativo, e mais ainda sua formação não pode ser pensada de modo fragmentado, mas como uma aprendizagem contínua e, como tal, não se inicia nem se esgota na formação inicial.

O desenvolvimento motor dos alunos na Educação Física Escolar apresenta sincronização aprimorada de elementos enquanto movimentos temporais e espaciais, mas ainda são geralmente limitados ou exagerados, embora mais bem coordenados, caracterizados pela eficiência mecânica, coordenação e desempenho controlado, apenas com certas limitações atividades que incluem monitoramento e captura de objetos (MIRANDA; AFONSO, 2014). Amplamente reflexivas, podendo ser levantadas pelas diferentes abordagens temáticas que compõem o assunto, mais ainda a multiplicidade de conceitos teóricos que o permeiam. Complementando, apresenta-se o contexto do ensino fundamental I, onde o primordial era a alfabetização, e a inovação se estabelece com as novas práticas, pois a alfabetização “crua” é inovada com os letramentos.

Assim, são consideradas inovações pedagógicas na Educação Física, as novas práticas fundamentadas na perspectiva instrumentalizada na formação integral do sujeito, tanto uma formação física, como cognitiva e social. Entretanto, essa nova forma de refletir, ou seja, tomar em consideração, confronta com os propósitos deixados pelas

outras concepções e pela presença forte do esportivismo, enfatizado ainda hoje.

Apontamos para a necessidade de analisar as políticas educacionais referentes ao nível de ensino pesquisado, para compreender a direção pedagógica, em relação à Educação Física, que o Ministério da Educação, o Estado de Mato Grosso do Sul e a cidade de Campo Grande têm dado aos professores. Problematicando o discurso dos professores integrantes da área de Linguagens, em formação, como encenação de um lugar que nos permite compreender, pelas rupturas, pelo equívoco, pelos furos das linguagens, como funciona, no corpus, a subjetividade e a identidade desses professores enunciadores. Ao falar de sua história, os professores se colocam em cena, estabelecendo um lugar para se inscrever, lugar que denuncia a falha, a complexidade que envolve a escola.

Chamamos a atenção para as aproximações entre os discursos das professoras alfabetizadoras com os das professoras de Educação Física. Há semelhanças nos enunciados que se fazem pertinentes. Analisando a situação, são professoras da mesma rede de ensino, que pertencem à mesma gerência de educação, então estão propensas a conhecer a proposta da REME/2020 e a participar de cursos oferecidos pela Secretaria, em que diversas vozes circulam. Sendo assim, o processo de formação é inacabado, em constante movimento de reconversão, inovação, transformação, e as universidades nos seus cursos de extensão são reconhecidas como um espaço privilegiado para a produção e atualizações de novos saberes. É relevante apontar que, as discussões são recorrentes, contudo, as mudanças, principalmente no que tange a questão da linguagem vinculada às implementações da BNCC, ainda são mínimas.

No contexto geral, as mudanças quanto às formalidades por parte dos poderes ocorreram no sentido de manter e/ou implementar recursos financeiros atrelados a exigências específicas, porém na prática das instituições de ensino, muito ainda precisa ser revisto, analisado e conseqüentemente, implementado. As limitações quanto às tratativas de inovação e implementação é fato diagnosticado desde os primeiros estudos, quando realizei o levantamento bibliográfico na área da Educação Física escolar e a sua inserção na área da linguagem. De fato, foram encontrados poucos trabalhos sobre o tema novos letramentos e a Educação Física.

Soma-se a isso a pouca literatura posta Base Nacional Curricular Comum para a Educação Física discutida atualmente, de modo que não há aproximações dessa disciplina com os processos de letramento, multiletramento e seus significados nas séries iniciais. Na tentativa de também apreender ou mesmo entender ao longo desta pesquisa as interfaces dos diferentes saberes docentes que circulam nos anos iniciais no que se refere à alfabetização e à Educação Física, interfaces estas percebidas nos diferentes caminhos percorridos pela pesquisadora e pelos outros professores.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO QUANTO A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REME/ CAMPO GRANDE – MS

Partindo do princípio de que, desde quando a Educação Física foi incluída nas escolas brasileiras, buscou-se demonstrar sua importância, em relação ao objetivo, foram criados recursos e sistema de trabalho, haja vista o momento político e social vivido pelo país e pelo modelo educacional. Com as inovações propostas pela BNCC analisar e discutir a percepção dos docentes é uma forma de averiguar as possíveis falhas, bem como, ajustar as particularidades de cada comunidade escolar. Visando atingir os objetivos propostos foram aplicados questionários a cento e doze - 112 professores de Educação Física no ensino fundamental I, e três - 03 técnicos da Secretaria municipal de Educação ligados à área proposta.

Quanto ao gênero, constatou-se uma leve maioria na quantidade de professores do gênero feminino apontando um percentual de 51,8%, enquanto 48,2% são do gênero masculino. Neste sentido é possível observar um equilíbrio quando investigado a distribuição por gênero dos profissionais de Educação Física. Estes profissionais também foram questionados quanto à forma de contratação, sendo efetivos ou contratados temporariamente como professor. 74,1% dos profissionais são efetivos, em conformidade com a Lei Complementar 190 de 2011, III - cargo efetivo - cargo ocupado por servidor com vínculo indeterminado, em decorrência de aprovação em concurso público, cujos direitos, deveres e responsabilidades são previstas na legislação instituidora do regime jurídico estatutário (CAMPO GRANDE, 2011 p.2); e 25,9% são contratados temporariamente. Conforme a legislação

vigente, os profissionais contam com os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR).

Embora a maioria seja contratada em cargo efetivo, o tempo de contratação é bem variado. Quando questionados sobre o tempo de contratação como professor de Educação Física na Rede Municipal de Educação de Campo Grande/MS, os resultados apresentaram significativa variação, posto que, houve contratados com 2 anos, a mais de 30 anos. Destacam-se as percentagens que, 20,53% trabalham na REME à menos de 2 anos; 26,79% trabalham de 2 a 5 anos; 24,17% trabalham de 5 a 10 anos; e 28,51% trabalham a mais de 10 anos como professor de Educação Física na rede Municipal de educação de Campo Grande – MS. Com esses dados, nos leva a reflexão quanto ao comprometimento ao trabalho e a busca pelo aperfeiçoamento.

Assim, após analisar o gênero, a efetividade, bem como, o tempo de atuação na REME, a pesquisadora destaca no questionário que as questões seguintes seriam destinadas aos Professores de Educação Física já familiarizados com a BNCC. Sendo assim, poderiam encerrar a participação na pesquisa, caso não houvesse familiaridade com a temática abordada, também poderiam deixar um comentário do motivo, caso fosse relevante. Dentre os comentários apresentados, houve quem ressalta-se que, “a BNCC é importantíssima para a melhoria na qualidade das aulas de Ed física, pois a partir dele podemos planejar melhor e com mais qualidade nossas aulas” (professor); “a BNCC contribui para aperfeiçoamento pessoal e das aulas (professor)” compreendo e tento refletir e pontuar a mesma em minhas ações docentes” (professor); “tive pouco contato com a BNCC, devido a pandemia. Porém as coisas estão voltando ao normal e tenho buscado ler e entender seus objetivos” (professor); “tenho conhecimento da BNCC, de maneira superficial de todas, e mais aprofundada da educação infantil” (professor).

Embora alguns tenham colocado, ter pouco conhecimento sobre as diretrizes da BNCC, a maioria já ouviu falar. No seguimento da pesquisa foram questionados quanto ao conhecimento acerca da nova BNCC. Neste contexto, 99.1% disseram ter conhecimento acerca da BNCC. Contudo, alguns salientaram alguma limitação quanto ao conteúdo diante de alguns comentários como: “Eu estava fora da educação a 12 anos e assumi o concurso recentemente”; “Tenho um certo conhecimento da BNCC” (professor); “Estou com pouco tempo em

sala de aula no concurso” (professor); “Estou me familiarizando com a BNCC” (professor); “Tive pouco contato com a BNCC, devido a pandemia. Porém as coisas estão voltando ao normal e tenho buscado ler e entender seus objetivos” (professor); “Tenho conhecimento da BNCC, de maneira superficial de todas, e mais aprofundada da educação infantil. Percebi que no cabeçalho do questionário havia uma possibilidade de participação, mas durante o preenchimento o direcionamento da Educação Física a partir do ensino fundamental” (professor).

Dadas as afirmativas quanto a familiaridade com a BNCC, os professores foram questionados quanto a sua percepção, quais são os maiores desafios enfrentados na implementação da nova BNCC? Dentre os comentários quanto os maiores desafios enfrentados na implementação da nova BNCC, os professores ressaltaram que, tudo o que é novo traz um desafio, contudo, cabe ao corpo escolar trabalhar em conjunto para que haja a implementação da BNCC, bem como, adequar a BNCC com a realidade da escola, seja nas questões materiais ou infraestrutura disponível, posto que, trabalhando em um “CEINF” (EMEI) ou mesmos nos três primeiros anos do Ensino Fundamental I, encontra dificuldade em desenvolver atividades com as crianças, dadas as limitações.

Posto isto, apontou-se que, o maior desafio é oportunizar as aulas teóricas e principalmente vincular o conteúdo às práticas, mesmo participando integralmente da inserção da BNCC na unidade escolar. As escolas são limitadas no item recurso financeiro, “e nós, professores de Educação Física temos que na maioria das vezes, investir dos nossos próprios recursos materiais para executar nossas aulas” (professor). Aqui a autora verifica uma contradição, haja vista que, nos últimos anos os repasses vêm aumentando e o dinheiro está indo direto para unidade escolar. O que pode estar acontecendo é a ingerência no gasto destinados a área de Educação Física. É possível notar que, a área ainda sofre retalhos por parte da gestão por não aceitar a integração na íntegra e de fato da Educação Física. Ainda há muito desconhecimento por parte dos gestores escolares sobre os benefícios que a área tem no aprendizado como um todo.

A BNCC trouxe pontos importantes em relação à diversidade principalmente, e no momento há uma resistência até mesmo política para a implementação desses pontos, entender em qual parte dos planejamentos se encaixavam as habilidades. Todavia é de suma

importância que os profissionais da educação participem dos desdobramentos da implantação nas instituições de modo efetivo. Quanto a participação direta com sugestões para o seu desdobramento na escola. Neste contexto, é imprescindível que sejam analisadas as tratativas do Projeto Político Pedagógico da instituição para que a BNCC possa ser implementada de modo efetivo nesta instituição. O projeto político pedagógico representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social. Esse documento é uma instância de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social (BRASIL, 2013).

Embora, alguns professores tenham participado da construção do PPP das suas unidades e tenham conhecimento acerca da BNCC, além de corroborar com as novas tratativas quanto às adequações do planejamento das aulas, observou-se que, na prática, ainda não houve muitas mudanças de acordo com o que foi relatado pelos educadores. Ainda que tenham enxergado novas possibilidades com a multimodalidade, com as novas formas de letramento, o isolamento sanitário imposto pelo período pandêmico comprometeu a efetivação da implantação destas atividades. Diante deste cenário, os professores mantiveram as diretrizes curriculares que já vinham sendo utilizadas, e as propostas inovadoras ficaram em segundo plano.

Fazer entender que a Educação Física no seu âmbito de práticas e até mesmo parte teórica e inevitável, quando o assunto é desenvolvimento motor e cognitivo, figuras de linguagens, entender o eu o outro, fazer com que não fique atrelado apenas em desporto e sim desenvolvimento do ser humano em todas as suas capacidades é um desafio. Todavia, o maior desafio na escola pública é a falta de estrutura adequada e material. “Encontrei dificuldade de estimular os alunos para aprender o novo conteúdo” (professor). Alguns temas são distantes da realidade dos alunos. Sem um significado real e prático para a vida. “Sou defensora do conteúdo, ter um significado e que torne um acréscimo para a vida dos alunos” (professor).

Quando questionados sobre o envolvimento da escola em que trabalham no processo de implementação das novas políticas pedagógicas com base na BNCC (2017), desconsiderando o período de ensino remoto, 96,4% disseram que sim, 1,8% que não, 1% não respondeu, e 1,2% disseram não estarem atuando com aulas de Educação Física

no período. Com a utilização das novas tecnologias para as atividades remotas, a comunidade escolar foi obrigada a se adequar, porém, aparentemente, alguns educadores não compreenderam a proposta, pois o objetivo geral era manter a transmissão de conhecimento teórico de qualidade ainda que de forma remota, e a formação continuada disponibilizada pela SEMED trouxe essa abordagem, quanto ao planejamento de ensino e suas adequações. Contudo, foi enfatizado pelos professores que o material era cansativo, excessivamente teórico e que, era mais viável acessar propostas disponibilizadas pela internet.

Entretanto, dentre as percepções apontadas, salientou-se que, a BNCC tornou a base da elaboração dos planos pedagógicos escolar e disciplinar, um facilitador do trabalho pedagógico, com foco no planejamento, uma organização de temas que já eram trabalhados na escola, mas 112 que agora estão dispostas em códigos. Contudo, ainda é prematuro avaliar, mas é pertinente salientar a contemplação do aluno de forma integral, principalmente, na Educação Infantil. “No contexto da educação infantil, a Educação Física era confundida como campo de experiências corpo e movimento e com a capacitação reforçou a necessidade de o professor desenvolver ações pedagógicas em todos os campos de experiências sem fracionar os conhecimentos ou a própria criança.” (professor)

De imediato, as percepções foram direcionadas para a necessidade de inovar, estudar para atualizar-se e aperfeiçoar-se diante das diretrizes. Com a implementação da BNCC é preciso olhar com maior cuidado e buscar realizar um planejamento voltado não apenas para recreação, mas utilizar as atividades recreativas como ferramentas de aprendizado de outras áreas. No contexto geral da Educação Física baseado no movimento é preciso constatar a amplitude destes, posto que, principalmente nas séries iniciais o, se-movimentar carece de ser experimentado na sua imprevisibilidade e na sua incompletude, não podemos prever o antecipar o que o se-movimentar produziu de sentidos e significados na criança, sempre é uma abertura, para o desconhecido.

Quanto às habilidades e competências da BNCC no Ensino Fundamental os professores foram questionados acerca dos conteúdos trabalhados pela equipe técnica da Secretaria municipal de educação - SEMED, no contexto da Educação Física escolar. Os entrevistados também comentaram que, competência “é definida como a mobilização

de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (professor). “Assim, essas competências vão além da educação focada no domínio de conteúdo específicos e distribuídos por disciplinas” (professor); “Creio que os profissionais estão mais atentos às questões e dificuldades dos alunos, dando mais atenção ao foco que é a linguagem trabalhando mais conteúdos e atividades que se adequam a esse método” (professor); “Entender que existem várias formas de trabalhar a alfabetização, em várias disciplinas da escola saber que não se pode ficar preso em uma única estratégia, fazer com que o conhecimento seja passado de maneira que o aluno entenda o que fazer, como fazer e para que fazer” (professor).

Como sugestão ratificando a afirmação citada, é que a Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande/MS (tendo em vista que a presente pesquisa foi realizada em escolas municipais), possa elaborar políticas públicas, que permitam a construção de conhecimento dos professores de Educação Física, em relação a amplitude de inovação proposta e norteadas pela BNCC (2017). Mais ainda, que esses professores e professoras possam ser melhor assistidos dentro do que é preconizado nos documentos institucionais, ou seja, que seja feito o mais breve possível, assim como já fizeram nos referenciais, a atualização dos PPP ligados a essa instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o ensino de educação física e as percepções dos educadores da área quanto as inovações propostas pela BNCC enquanto documento norteador é possível concluir que para que haja efetividade em políticas públicas vinculadas a educação é necessário que sejam feitos estudos quanto as especificidades de cada região, de modo que, as propostas de ajustem as limitações da comunidade escolar como um todo, ou na prática, as ações acabam por não atingir seus objetivos. De um modo geral, os investigados apontaram que a proposta é relevante, contudo, a implantação e implementação ainda requer um prazo maior de adaptação e ajustes.

Embora que a aquisição do conhecimento ao longo da vida, assim como, as inovações propiciadas sejam entendidas como um processo

que precisa ser inserido na rotina escolar de forma contínua e constante, ela tem se mostrado diretamente relacionada à formação de atualização, aperfeiçoamento e programas de treinamento, que geralmente são ministrados em pouco tempo. e logo são substituídos por outros, não permitindo romper com a racionalidade técnica, os efeitos da política de ação homogeneizadora, que silencia as contradições, as divisões inerentes a esse espaço.

Diante da pesquisa desenvolvida é relevante encerrar este estudo retomando a questão problema levantada no princípio: qual a percepção dos professores de Educação Física na Rede Municipal de Ensino em Campo Grande – MS (REME/CG), frente a inovação curricular com base no documento norteador do governo Federal “Base Nacional Curricular”? Para tanto, compreendemos que o real é contraditório, partindo do concreto e do singular para a totalidade, por meio de uma construção histórica. Traçou - se, então, um caminho teórico e metodológico dialético, tentando uma aproximação da realidade, compreendendo os sujeitos como seres sociais constituídos por várias fontes de saber e em diferentes contextos.

Dessa forma, os professores de Educação Física devem promover o trabalho autoral coletivo e individual e dele participar em diferentes momentos e espaços, para que as crianças possam utilizar diferentes linguagens para aprimorar seu conhecimento e aprendizagem e, gradualmente, ampliem o escopo da experiência esportiva. Em outras palavras, é preciso não ficar dependente de um modo único “do fazer” a Educação Física, com apenas os esportes de 58 rendimento, por exemplo. A BNCC traz que, nas aulas, as práticas corporais necessitam de abordagens como evento cultural proativo, diverso, pluridimensional, singular e contraditório.

REFERÊNCIAS

20

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 out. 1988.

BRASIL. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Brasília, DF, 1971. Disponível em: <http://www.>

planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm. Acesso em: 03 jan. 2022. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 out. 1998.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. LDB & Lei do Fundef. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Coordenação de Publicações. Brasília, 2001

BRASIL. Ministério da Educação. Pró-Letramento: Programa de formação continuada de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental. Guia geral. Brasília: MEC, SEB, 2007.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE). Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em 04/01/2021.

BRASIL. Resolução n. 03/87 de 16 de junho de 1987. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Brasília (DF): Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/1990/Res0387-cfe.htm>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. Ministério da Educação, 2017.

BRASIL Base Nacional Comum Curricular In: Ministério da Educação. 2018. Disponível em:.. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

BRASIL. BNCC NA ESCOLA GUIA PARA GESTORES ESCOLARES: Orientações para formação continuada e revisão do Projeto Pedagógico à luz dos novos currículos. 2019. Disponível em: https://undime.org.br/uploads/documentos/phpxSmjJl_5df923f8969f1.pdf. Acesso em: 20 de janeiro de 2022.